

A CONFLUÊNCIA COMO MÉTODO NAS PESQUISAS NEGRORREFERENCIADAS

Allan Rodrigues

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Estácio de Sá
<https://orcid.org/0000-0003-0233-7697>

Resumo Este artigo-ensaio propõe uma reflexão sobre a discussão sobre método nas pesquisas no campo das ciências humanas, especialmente em educação a partir de uma perspectiva negrorreferenciada. Em diálogo com autoras e autores como Nêgo Bispo, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, o texto interroga os limites do método tradicional eurocentrado, frequentemente imposto como único caminho legítimo para a produção do conhecimento científico. Em contraponto, assume-se a confluência como método princípio político e epistêmico que valoriza os saberes oriundos dos territórios, das experiências e das cosmopercepções afro-diaspóricas. Argumenta-se que o método, longe de ser neutro, carrega os vestígios do colonialismo epistêmico e, por isso, precisa ser tensionado por práticas investigativas enraizadas na vida, na oralidade, na ancestralidade e na corporeidade. A pesquisa negrorreferenciada, nesse contexto, constitui-se como um processo de reexistência, que recusa distanciamentos e hierarquias entre pesquisador e pesquisado, reivindicando uma escuta afetiva, situada e comprometida com a justiça cognitiva. O artigo também propõe o deslocamento da ideia de "pesquisa-intervenção" para a noção de biointeração, compreendida como ética relacional e recíproca entre sujeito, território e natureza. Em última instância, o texto convida a repensar o papel do método como ferramenta de controle e prescrição, reafirmando que contar histórias, partilhar experiências e produzir saberes desde as margens são gestos de humanização e enfrentamento ao racismo que ainda estrutura as ciências humanas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Confluência. Método. Pesquisa Biointeração. Pesquisas Negro-Referenciadas.

Abstract

This essay-article proposes a reflection on the discussion about method in human sciences research, especially in education, from a Black-referenced perspective. Engaging with authors such as Nêgo Bispo, Lélia Gonzalez, and Grada Kilomba, the text interrogates the limits of the traditional Eurocentric method, often imposed as the only legitimate path to scientific knowledge production. As a counterpoint, it embraces *confluence* as both a political and epistemic principle-method that values knowledges emerging from territories, experiences, and Afro-diasporic cosmoperceptions. It argues that method, far from being neutral, carries the traces of epistemic colonialism and, therefore, must be challenged by investigative practices rooted in life, orality, ancestry, and corporeality. In this context, Black-referenced research constitutes a process of reexistence that rejects distancing and hierarchies between researcher and researched, advocating for an affective, situated, and justice-oriented listening. The article also proposes a shift from the idea of "research-intervention" to the notion of *biointeraction*, understood as an ethical and reciprocal relationship between subject, territory, and nature. By incorporating the concept of confluence, inspired by Nêgo Bispo, it defends a living, insurgent science that is sensitive to the multiplicities of everyday life. Ultimately, the text invites us to rethink the role of method as a tool of control and prescription, reaffirming that telling stories, sharing experiences, and producing knowledge from the margins are gestures of humanization and resistance to the racism that still structures the human sciences in Brazil.

Keywords: Confluence. Method. Biointeraction Research. Black-Referenced Research.

Começo, meio e começo...

O problema é que, atualmente, muitos temas se tornaram modismos acadêmicos, culturais e um show de historinhas. A pesquisa, no entanto, deve recorrer a métodos rigorosos e adequados; do contrário, corre o risco de se reduzir a discursos autorreferentes, limitados a um grupo restrito identitário (Facebook, 2025).

A escolha desta epígrafe tem como objetivo tensionar os movimentos que vêm sendo realizados no interior da pesquisa em educação e mais amplamente nas ciências humanas entrelaçadas nas pautas da diferença, diversidade e da questão racial. A epígrafe que abre este texto foi extraída de uma postagem em rede social feita por uma figura de destaque no campo das ciências humanas, atualmente presidente de uma importante associação científica¹. Em determinado trecho da publicação, o autor afirma que o campo das ciências humanas se reduziu a um “amontoado de historinhas de vidas e de personagens”, sem um debate rigoroso, metódico e científico, sendo esta uma afirmação que revela não apenas um posicionamento epistemológico – ideológico, mas também uma visão depreciativa e demeritória de abordagens que se aproximam dos cotidianos, das narrativas de vida, das autobiografias e das experiências encarnadas nos sujeitos (pesquisador-pesquisado) como forma legítima de produção de conhecimento.

Importante dizer que não pretendo retomar os chamados clássicos da discussão de método, metodologia e epistemologia, como Platão, Aristóteles, René Descartes, John Locke, Immanuel Kant, Karl Popper, Ferran Bayt, dentre tantos outros que marcaram a tradição eurocêntrica do pensamento científico no Ocidente, o que podemos chamar dos grandes centros científicos modernos. Inclusive, é preciso dizer que algumas pessoas “leigas” dizem que as discussões raciais querem estar no centro, no entanto, uma questão inicial atravessa o texto: Qual perspectiva sempre esteve no centro? No poder? O meu interesse não reside em reconstruir uma escola de pensamento do método e da metodologia, já temos muitos manuais para uma grande fogueira, mas para este texto proponho algumas reflexões em torno da discussão sobre método. O objetivo é

¹ Por uma questão ética e de respeito, opto por não divulgar o nome da pessoa nem da instituição envolvida..

ensionar, desestabilizar e abrir espaço para a emergência de outros modos de conhecer e pesquisar(viver): insurgentes, enraizados nos cotidianos e criados por epistemologias afrocentradas, afro-diaspóricas e afropindorâmicos que escapam aos “cânones ocidentais” nos modos de produzir conhecimento nas universidades.

O método científico consiste em um conjunto sistemático de etapas voltadas à produção de conhecimento. De modo geral, envolve: observações iniciais, formulação do problema, revisão teórica, definição da amostra, seleção dos instrumentos, coleta de informações, organização dos dados e, por fim, análises, interpretações e conclusões.

É importante enfatizar que, em nenhum momento, o texto assume uma postura de negação ou rejeição da ciência. Ao contrário, reconhece-se na ciência uma potência criadora e uma ferramenta fundamental no enfrentamento do epistemicídio racial. É justamente no âmbito científico que se inauguram, se elaboram e se recriam conhecimentos, constituindo-se como terreno privilegiado para a produção de saberes comprometidos com a justiça cognitiva e o antirracismo.

Em contextos investigativos ancorados no pensamento, nas cosmopercepções dos povos originários e africanos, torna-se imprescindível perguntar: que tipo de método é compatível com a vida desses povos? Que concepção de método pode acolher suas formas de saber, viver, resistir e narrar o processo da pesquisa negroreferenciada no Brasil? Essas indagações não são meramente técnicas, mas profundamente políticas e ontológicas. Falar de método, nesse contexto, é tensionar os próprios limites da ciência. Eu afirmaria que é confrontar o “castelo de cartas” chamado universidade moderna e/ou modelo adotado de universidade nunca no campo da generalização, mas sempre percebendo a tentativa de estabilidade do sentido de produção do conhecimento.

A ciência moderna-positivista institui práticas de produção do conhecimento que operam no sentido de ocultar sua dimensão inventiva e criativa, encobrindo-a sob o discurso da descoberta científica universal. O desejo experimental, concebido para realizar a separação entre sujeito e objeto,

configura-se como um dispositivo político e dominador, ao passo que atua na hierarquização das formas de invenção, convertendo determinadas produções em representações únicas e legítimas dos fenômenos analisados.

No campo das ciências humanas particularmente naquelas que se dedicam às experiências cotidianas vividas em escolas, comunidades, periferias, entre mulheres negras, juventudes e infâncias negras, saberes docentes e discentes o método não pode ser encarado como forma rígida, mas como uma indagação permanente. Ainda que muitas pesquisas tentem enclausurar a vida dentro de esquemas metodológicos preestabelecidos, é preciso afirmar que as pesquisas afropindóricas exige outra direção: mais aberta, mais ética, mais afetada.

A partir do pensamento de afrocentricidade (Asante, 2019) e as pesquisas em educação, compreendo que o método, nessas pesquisas, não pode ser reduzido a uma escolha técnica entre modelos predefinidos. Ele precisa ser tensionado a partir das perguntas dos sujeitos situados em realidades marcadas pelo racismo estrutural e pelas desigualdades históricas. O que está em jogo, portanto, não é a classificação entre métodos, mas uma discussão mais profunda sobre política, ciência e vida. **Vidas Negras importam!** É preciso repetir essa concepção dentro dos espaços acadêmicos e na produção do conhecimento científico.

Assim, proponho um debate com pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com as epistemologias negras, a fim de levantar a hipótese de que a discussão do método é um dos eixos fundamentais para o enfrentamento do epistemicídio racial que ainda atravessa as ciências humanas. Em outras palavras, interrogar o método é também interrogar as formas pelas quais o conhecimento é legitimado, validado e reconhecido e, por consequência, quem tem o direito de produzir ciência e com quais vozes. Qual a cor do conhecimento?

Nessa travessia, apostamos nas confluências de Nego Bispo (2023), compreendidas como encontros de saberes, territórios e pertencimentos que não se apartam e nos cruzamentos possíveis que revelam que somos todos feitos de encruzilhadas, de confluências; que não estamos separados. Ao contrário,

somos feitos da inseparabilidade que construímos nos nossos modos de pesquisar e existir.

Nas veredas abertas por outras pesquisas, escolhi desenvolver a ideia de confluência como método de pesquisa. A confluência propondo uma contraposição ao método. Um enfrentamento epistêmico e político. O que realizamos em investigações negrorreferenciadas, afrocentradas e afropindorâmicas não pode ser reduzido à lógica linear e rígida do método tal como concebido pelas epistemologias hegemônicas. São confluências – encontros de saberes, territórios, experiências e ancestralidades – que orientam nossos *fazeressaberes* cotidianos das nossas pesquisas, pois nos formamos nas múltiplas redes cotidianas que tecemos todos os dias.

Importa lembrar que, para as culturas afropindorâmica, o sentido de uma palavra pode carregar e produzir sentidos diferentes e com muito poder. A linguagem não é neutra: quando falamos em *método*, acionamos toda uma arquitetura política de controle, uma engenharia da colonialidade que opera sobre o saber e o poder. Trata-se de um dispositivo da ordenação colonial que esquadrinha, captura e classifica os saberes a partir de uma racionalidade eurocentrada.

Assim, na próxima sessão, pretendemos tensionar a própria ideia de “método” como estrutura abstrata e universalizante, que opera pela lógica da exclusão e do silenciamento. O método, tal como foi consolidado pela racionalidade moderna, age como dispositivo de enfraquecimento diante das potências culturais e existenciais que emergem dos povos do afropindorâmicos, dos cotidianos periféricos, das epistemologias dos terreiros, das favelas, das comunidades tradicionais. Por esta razão, pensamos o método não como ferramenta neutra, mas como palavra colonizadora, que precisa ser confrontada e desobedecida em nome das insurgências epistêmicas que brotam onde há vida, encantamento e reexistência.

Enfraquecer o método.

Admitir que os fatos a serem analisados e as questões a serem respondidas são complexos, neste mundo simples que é o cotidiano, vai colocar a necessidade de inverter todo o processo aprendido: ao invés de dividir, para analisar, será preciso multiplicar – as teorias, os conceitos, os fatos, as fontes e os métodos etc. Mais que isso, será

necessário entre eles estabelecer redes de múltiplas e complexas relações (Alves, 2008, p. 26).

A definição de método e a reflexão sobre o caminho investigativo a ser adotado constituem preocupações centrais para quem pesquisa, uma vez que a escolha do método mais pertinente é decisiva para a coerência e o desenvolvimento do trabalho científico.

O termo “método” é amplamente empregado nas diversas áreas do saber, abrangendo desde a ciência até a filosofia. A noção de “método” que sustenta a racionalidade moderna e ocidental, tem raízes nas tradições filosóficas da Grécia Antiga, particularmente na obra de pensadores, como Sócrates, Platão e Aristóteles. Sendo assim, essa origem tem sido apresentada como narrativa universalizante e fundadora do pensamento científico, apagando as múltiplas formas de produção de saberes existentes antes, fora e apesar da tradição europeia.

O método, antes de ser um conjunto de diretrizes fixas, deve ser concebido como uma disposição ética e intelectual diante do mundo. Mais que um roteiro a ser seguido mecanicamente, ele demanda uma postura implicada, um modo de estar no processo de conhecer com rigor, sensibilidade e crítica.

É importante declarar, desde o início, que nutro algumas reservas em relação ao conceito de método. Não é incomum concebê-lo como uma habilidade transferível, sobretudo quando se adota sua definição como técnica ou ferramenta – algo que se retira de uma caixa de instrumentos quando convém e que, uma vez utilizado, pode ser simplesmente recolocado em seu lugar.

O chamado “método socrático”, por exemplo, centrado no debate racional em busca de uma “verdade universal”, e o “método científico” aristotélico, baseado em observação e análise lógica, constituem os pilares de uma episteme que separa sujeito e objeto, corpo e razão, emoção e pensamento. Tais fundamentos desconsideram saberes ancestrais e corporificados, marginalizados como “pré-científicos” ou “irracionais” pelo paradigma cartesiano do “penso, logo existo”.

O pensamento colonizado não apenas assimilou os modos de conhecer, como também desconsiderou os modos próprios de (re)existência e

conhecimento das populações negras, indígenas... Para Bispo (2023), trata-se de romper com o “colonialismo”, que condiciona os saberes ancestrais à validação por instituições brancas e modernas proliferadas ao longo do século IX e XX.

Na concepção de método que se sedimenta ao longo dos processos formativos, é possível identificar a constituição de certas dimensões que, embora não aprofundadas neste texto, merecem ser destacadas. Dentre elas, a edificação da figura do sujeito universal, herdeiro do Iluminismo europeu, associado à crença em um progresso linear racional e a um desenvolvimento contínuo. No entanto, tais concepções se mostram limitadas e, por vezes, contraditórias quando confrontadas com outras cosmopercepções e racionalidades que escapam à lógica ocidental moderna. Esse sujeito eurocentrado, forjado nos marcos da razão iluminista, não se reconhece nem se enraíza nos modos de existência, nos saberes e nas práticas culturais historicamente marginalizadas.

Ao longo da história, a hegemonia desse modelo epistêmico impôs uma ideia de método como caminho único, linear e superior, eclipsando formas outras de saber que emergem da oralidade, da experiência vivida, da ancestralidade e das relações com o território. A ciência moderna, ao definir o conhecimento válido por sua capacidade de abstração e controle, institucionalizou uma única forma de investigar.

O termo é composto pela palavra grega episteme, que significa conhecimento, e logos, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina: (a). (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro; (b). (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido; (c). (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos (Kilomba, 2019, p. 10-11).

Partindo do pensamento de Grada Kilomba (2019), torna-se urgente questionar quem é autorizado a falar, a produzir conhecimento e a definir o que é considerado válido no campo epistemológico. O método, enquanto dispositivo

de ordenação do saber, não é neutro: ele carrega consigo a marca de quem o construiu, o lugar de onde fala e as vidas que escolhe escutar – ou silenciar. É precisamente essa construção normativa e universalizante do método que precisa ser tensionada, sobretudo quando ela exclui experiências dissidentes, corpos racializados e saberes que emergem do sul epistêmico.

De um lado, persistem discursos que defendem a existência de um único método legítimo – frequentemente pautado na lógica racional-ocidental, cartesiana e eurocentrada. Por outro, os estudos pós-estruturais, decoloniais, contra-coloniais, queer e as epistemologias autobiográficas vêm afirmando que há múltiplas formas de conhecer, narrar e investigar.

Na mesma direção desse campo de pensamento, Lélia Gonzalez propõe o termo amefricanidade com o objetivo de tensionar os sentidos e significados atribuídos aos conhecimentos produzidos nos espaços acadêmicos, sobretudo aqueles voltados às questões raciais. Gonzalez (1988) destaca como o conhecimento produzido nas universidades muitas vezes ignora ou silencia as vozes negras, revelando o impacto da colonialidade do saber. Para enfrentar essa exclusão, ela propõe o conceito de “amefricanidade” – uma perspectiva que valoriza os saberes construídos por pessoas negras, pelas culturas afro-diaspóricas e por formas de viver que desafiam as normas impostas. Sua crítica vai além do conteúdo: ela questiona também os métodos acadêmicos, que frequentemente funcionam como filtros, legitimando apenas aquilo que se encaixa nos moldes da racionalidade eurocêntrica e descartando outras formas de conhecimento.

Neste contexto, é necessário afirmar, a partir de Grada Kilomba, que as vidas negras não cabem dentro de um único método – porque esse método, historicamente, foi forjado para negar sua existência como produtora de conhecimento. Ao contrário, é a partir das vivências, dos territórios e das histórias de quem sempre esteve à margem que se constroem metodologias outras – insurgentes, narrativas, sensíveis – comprometidas com a dignidade, a escuta e a reparação.

Em seu livro *Ensinando a Transgredir* (2023), bell hooks defende uma pedagogia crítica que valorize a experiência, o corpo e as emoções como fontes

legítimas de conhecimento. Isso significa questionar a “autoridade” tradicional do método, substituindo a postura racional distante por uma ética de escuta, afeto e envolvimento com a realidade vivida, uma ideia que também aparece bastante nos estudos dos cotidianos (Oliveira; Sgarbi, 2008) e nos estudos das novas epistemologias. Ou seja, temos feito um exercício de enfraquecer o método e (re)posicionar as vozes, os sons, os corpos, os sujeitos e novos modos de produzir conhecimento.

Dessa forma, nossa reflexão gira em torno de um pensamento que se constitui na prática de investigação, na medida em que somos pesquisadores e pesquisados, ao mesmo tempo.

Agora uma historinha² sobre métodos. Sou professor de uma disciplina chamada “Métodos e Metodologias da Pesquisa em Educação”. As disciplinas de Metodologia ou Métodos da Pesquisa em Educação, amplamente presentes nas licenciaturas e nos programas de pós-graduação, carregam consigo uma história e um peso político que frequentemente passam despercebidos e/ou são intencionais. No Brasil, é comum encontrá-las sob diferentes nomes – “Métodos Científicos da Pesquisa”, “Metodologia da Pesquisa em Educação”, “Técnicas de Pesquisa Científica”, entre outros, mas quase sempre sustentadas por uma ideia de ciência como neutra, objetiva e descolada dos cotidianos vivos. E talvez aí esteja o maior dos problemas. Porque, de um lado, temos um campo que insiste em método rígido e fechado. De outro, temos nossos estudantes – sujeitos vivos – que pesquisam outros sujeitos vivos: suas vidas, suas memórias, seus corpos, suas histórias. O que fazer?

É recorrente ouvir dos meus orientandos, ao retornarem de certas disciplinas, relatos que revelam o enrijecimento do “método de pesquisa” no campo acadêmico. Dizem: “*Professor, me disseram que, para analisar a vida do jovem negro, eu preciso usar tal método. Que, para compreender a escrita de uma professora negra, é necessário seguir aquele outro método.*” E completam, confusos: “*Mas estou perdido, professor. Qual é, afinal, o método mais adequado para acompanhar a vida – a pesquisa negra?*”. Essas falas escancaram como o método, muitas vezes, tem sido imposto como uma camisa de força epistêmica,

² Como bem ensinou a epígrafe que abre esse texto.

desconsiderando os modos de existência. Nesse sentido, fundamentado por Garcia (2014), eu pergunto: como definir método e metodologia para as pesquisas cujo foco são as vidas negras?

É a partir daí que a inquietação deste texto surge. Porque a pergunta que emerge não é apenas sobre uma técnica ou norma, mas sobre possibilidade de escuta, sobre reconhecimento da dignidade das experiências que não cabem em tabelas, prescrições ou fórmulas. Talvez o que esteja em jogo não seja apenas *qual* método usar, mas *que modos de saber e de sentir* estamos autorizando como legítimos em nossas pesquisas. E aí, quem sabe, descobrir que contar histórias é, sim, fazer ciência – uma ciência outra, insurgente, viva.

Falando em histórias de vidas e dos cotidianos e o modo de produzir ciência, é preciso responder e afirmar uma questão que frequentemente é dirigida aos pesquisadores, sobretudo àqueles que se dedicam às histórias de vida, às narrativas, à história oral, à oralidade e aos estudos dos cotidianos, campos aos quais me filio política, filosófica, teórica e metodologicamente. Trata-se da crítica recorrente de que nossas pesquisas se restringem a “contar histórias”. Diante disso, considero fundamental e importante dar uma explicação ou uma aula.

No Brasil, a linha de pesquisa e os pesquisadores do campo: Estudos dos/com os cotidianos (Oliveira; Sgarbi, 2008) foram ou são, não raramente, desqualificados como meros relatos de experiências e histórias. Para alguns setores e grupos, inclusive os que se autoproclamam “progressistas” ou “pós-teoria x”, tratam-se de “historinhas”, como se a dimensão da narrativa e a vida não pudessem produzir conhecimento. No entanto, o que afirmamos com consciência política e epistemológica é que as “historinhas” importam. E mais: muitas histórias importam, como bem nos lembra Chimamanda (2019). Contar e narrar as histórias dos cotidianos é um gesto de afirmação da vida. As narrativas, especialmente aquelas vindas das margens, das brechas, dos silenciados, têm potência de nos humanizar (Chimamanda, 2019) e de reconfigurar o mundo e o campo da pesquisa em ciências humanas. A partir de Conceição Evaristo (2023), podemos dizer que, ao contar histórias e narrar, “a gente combinamos de não morrer” (Evaristo, 2023). Isso significa que a memória, articulada pela oralidade

e pelos modos de contar os nossos cotidianos, se faz como resistência e presença. Ao contrário do que nos acusam, narrar o cotidiano é produzir crítica, política, conhecimento e vida. É um modo de teorizar desde baixo, desde os corpos e territórios que foram historicamente desautorizados. Contar histórias, nesse contexto, não é passatempo: é enfrentamento político; é um ato de humanizar a ciência. É uma forma de disputar sentidos, tensionar verdades e trabalhar ativamente contra os apagamentos e a história única, resgatando tantas outras histórias que ainda insistem em viver, apesar de tudo.

Inspirado pelo pensamento de Nego Bispo e tantos (2023) outros intelectuais negros e negras, compreendo que pesquisar é também um ato de (des)construir mundos criados a partir da perspectiva colonial, uma forma de caminhar junto com as comunidades sem extrair, reduzir ou silenciar suas cosmopercepções.

Por isso, recuso os manuais e livros metodológicos que pretendem antecipar os caminhos da investigação, como se o conhecimento já estivesse todo dado e organizado em caixas, empacotado e distante da vida. Nosso método se constrói com os pés na terra, nos afetos, nas lutas cotidianas, na troca entre conhecimentos e corpos, no tempo espiralar (Martins, 2021, p. 205) dos múltiplos cotidianos, abrindo-se ao inesperado e às complexidades apresentadas pela ciência.

É fundamental ressaltar que o caráter criativo, inventivo e multiplicador da ciência a coloca em permanente processo de transformação não apenas pela revisão de seus enunciados, mas sobretudo pela formulação de novos problemas e pela exigência de práticas investigativas originais, enraizadas em ancestralidades, modos de oralidade, experiências vividas e corporalidades. Como já mencionado, vidas negras importam. E, nesse sentido, uma das potências da ciência reside justamente em sua capacidade de deslocar estruturas, tensionar lógicas estabilizadas e reconfigurar os elementos desse tabuleiro epistemológico marcado pelo racismo. Torna-se urgente, portanto, repensar em quais momentos e de que forma decidimos jogar, e quais regras persistem na produção acadêmica no campo das questões étnico-raciais,

sobretudo quando articuladas aos estudos das vidas de pessoas negras e seus cotidianos.

A provocação que venho tecendo evidencia uma tensão epistemológica: embora haja um movimento crescente de tematização das relações raciais e da Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008 na produção científica e educacional. Como demonstram os dossiês e livros recentes, muitos desses trabalhos continuam presos a uma matriz metodológica eurocentrada. Ou seja, há uma contradição entre o tema insurgente (as experiências, saberes e corporeidades, vozes e presenças negras) e o *modo de abordagem* (fundado em referenciais colonizadores).

No ano de 2023, quando a Lei 10.639 completou duas décadas de existência, assistimos não apenas a uma comemoração formal, mas à intensificação de vozes que, a partir dos cotidianos, vêm tensionando os sentidos dessa Lei. Em meio a esse movimento, entre 2023 e 2024, emergiram dossiês e publicações que não apenas tematizam o movimento negro na sociedade, na cultura, na educação e na saúde, mas afirmam experiências e saberes que historicamente foram silenciados. Ao (re)visitar esses materiais para a escrita deste texto, procurei escutar o que vem sendo produzido nos interstícios entre o vivido e o pensado, entre as lutas e os textos, reconhecendo que a produção intelectual negra não se limita à academia, mas brota dos territórios, das quebradas, das práticas, das umbandas, dos candomblés, das rodas de tereco, das lutas e dos enfrentamentos cotidianos.

Cito algumas das produções realizadas por mim e por colegas de outras universidades que dialogam diretamente com as questões étnico-raciais na educação:

- **"20 ANOS DA LEI 10.639: Conversas Curriculares entre saberes, práticas e políticas antirracistas", publicado na *Revista Arte de Educar* (Volume I) 2024;³**
- **"20 ANOS DA LEI 10.639: Conversas Curriculares entre saberes, práticas e políticas antirracistas", publicado na *Revista Arte de Educar* (Volume II) 2023⁴**

³ Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riac/article/view/80242>.

⁴ Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riac/issue/view/3107>.

- "Currículos afrocentrados: narrativas, autobiografias e cartas para uma educação antirracista", publicado na *Revista Séries e Estudos – 2023*,⁵
- "Epistemologias da Pedagogia Antirracista: alternativas ao pensamento hegemônico estrutural", publicado na *Revista Educação e Emancipação*;⁶
- "Currículos, interseccionalidades e práticas antirracistas em educação", publicado na *Revista Espaço do Currículo 2022*.⁷

Ao todo, são mais de 150 textos que abordam as questões raciais no campo da educação, sociedade, da justiça e da saúde, todos com foco central nas experiências e nos saberes dos sujeitos historicamente silenciados.

No entanto, ao observar esse conjunto de textos, sejam eles artigos, capítulos ou dossiês, há uma tensão persistente na relação com o método, que, por vezes, se estende até a formulação da própria metodologia. Segundo Garcia (2014), ao refletir sobre as pesquisas em educação que se voltam aos saberes, sujeitos e experiências, é necessário repensar o papel do método e da metodologia, reconhecendo que os caminhos da investigação não podem ser rigidamente traçados de antemão, pois se constroem no próprio movimento da pesquisa.

É exatamente nesse ponto que tenho concentrado minha reflexão: trata-se de uma posição política e epistemológica que interpela o modo como construímos o saber acadêmico. Diante disso, talvez seja o momento de nos perguntarmos: será que não é hora de pensarmos em um método de pesquisa que assuma, com intencionalidade, a articulação entre as ciências humanas e as questões raciais? Um método que não apenas inclua essas questões como **objeto**, mas que também seja forjado a partir das epistemologias negras, das cosmopercepções insurgentes e das experiências de quem vive e transforma a educação desde os seus cotidianos?

É urgente romper com os métodos tradicionais de pesquisa que, muitas vezes, capturam a vida apenas por aquilo que pode ser medido, classificado ou quantificado, ignorando a riqueza das experiências singulares, coletivas e os

⁵ Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/>.

⁶ Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/issue/view/901>.

⁷ Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/issue/view/2767>.

sentidos que emergem dos cotidianos. Os cotidianos são rebeldes! O cotidiano exige outra postura investigativa: um método que não pretenda domesticar os sujeitos, mas escutá-los em sua inteireza e complexidade. Uma abordagem que seja ética, sensível e poeticamente comprometida com as existências que atravessam os muros acadêmicos, reconhecendo os saberes não hegemônicos, os silêncios potentes e os afetos partilhados.

Nesse sentido, minha provocação é criar deslocamentos e aproximações que tensionam o método tradicional, recusando sua condição de dado *a priori*. Em vez disso, compreendemos o método como construção em movimento, que precisa ser virado de ponta-cabeça (Alves, 2008) e, sobretudo, literaturizado, no sentido de se tornar sensível às experiências, aos afetos e às epistemologias outras que emergem dos/com os cotidianos (Alves, 2008). Portanto, minha concepção é a de forjar um contracolonialismo do método e metodológico, que subverta as lógicas hegemônicas de produção do conhecimento e afirme outros modos de saber, sentir e pesquisar.

O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo. [...] O contracolonialismo praticado pelos africanos vem desde a África. É um modo de vida que ninguém tinha nomeado. Podemos falar do modo de vida indígena, do modo de vida quilombola, do modo de vida banto, do modo de vida iorubá. Seria simples dizer assim. Mas se dissermos assim, não enfraqueceremos o colonialismo. Trouxemos a palavra contracolonialismo para enfraquecer o colonialismo. Já que o referencial de um extremo é o outro, tomamos o próprio colonialismo. Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio (Bispo, 2023, p. 13).

Encontramos em Nêgo Bispo (2023) a ideia de jogar contra as palavras do colonialismo e seus sentidos, disputar seus significados no território do inimigo. Em nossa prática epistêmica, recusamos os cercamentos do método e abrimos caminhos outros insurgentes e enraizados pelos quais encontramos nas confluências modos outros de produzir conhecimentos. Com elas, reafirmamos: não seguimos métodos, nos deixamos atravessar pelas confluências.

Na próxima sessão, nos debruçaremos sobre uma articulação conceitual importante para compreendermos a contraposição entre método e confluência: a biointeração de Nego Bispo. Essas noções nos permite deslocar a centralidade da epistemologia clássica para o campo das vivências, onde as práticas de

pesquisa emergem de vínculos vivos e encarnados entre pessoas, territórios e naturezas. A biointeração, nesse sentido, não é apenas uma estratégia metodológica, mas uma ontologia em movimento, uma ética do encontro que afirma a inseparabilidade entre sujeito, ambiente e cotidiano vivido. É essa prática viva e relacional que anima as pesquisas situadas nos corpos-territórios, rompendo com os paradigmas abstratos e hierarquizados da ciência moderna.

Confluências e biointerações nas pesquisas em Educação

Confluência é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se junta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento pluralista dos povos politeístas (Santos, 2019, p. 68).

Seguindo por outro caminho, o da insurgência dos saberes enraizados nos territórios, compreendo que a confluência, enquanto método de pesquisa-biointeração, não se ancora em diretrizes fixas nem em metas predeterminadas. Pelo contrário, a pesquisa-biointeração e a confluência se alinham ao movimento que defendo, como propõe Nêgo Bispo, em que não se trata de seguir uma linha reta rumo a um destino previamente traçado, mas de permitir que os fluxos dos encontros, das vivências e dos saberes se entrelacem e produzam modos outros de pesquisa. Assim, mais do que alcançar um fim, trata-se de caminhar em diálogo com o território e com os corpos que nele se movem, reconhecendo que o percurso é o que funda as metas, e não o contrário. O neoliberalismo, as macroeconomias e o conservadorismo utilizam a palavra “intervenção” para “desenvolver” os modos de viver e ser no mundo. É preciso intervir! Tal palavra é utilizada nos comandos das forças armadas e, especialmente, foi usada nos anos da ditadura civil-jurídica-militar: É preciso fazer uma intervenção no país!

Desse modo, opto por não adotar o termo “pesquisa-intervenção”, tendo em vista que, conforme nos ensina Nêgo Bispo, diversos intelectuais negros e as tradições afro-brasileiras especialmente as religiões de matriz africana, as palavras não são neutras: elas carregam sentidos e poderes. A palavra “intervenção”, tal como aparece nos dispositivos de controle institucional, está associada à ideia de imposição sobre corpos, subjetividades e modos de estar no mundo.

Diante disso, a noção de biointeração, proposta por Nêgo Bispo (2023), oferece uma via epistemológica mais coerente com perspectivas enraizadas na vida, na comunidade e na relação com a natureza, especialmente aquelas pesquisas que trabalham na relação sujeito, natureza e cotidianos. A biointeração, nesse contexto, não é apenas um conceito epistemológico e metodológico, mas uma ética do envolvimento profundo e respeitoso entre seres humanos e o ambiente, uma reciprocidade vital que se opõe à lógica produtivista e instrumental da intervenção. Essa proposta dialoga também com o pensamento de Maldo Fernandes Malcolm (2022), especialmente no que se refere às ecologias, às pessoas negras e à crítica ao racismo ambiental, ao reafirmar a centralidade das inter-relações entre vida, território e ancestralidade. São conceitos germinados no corpo-território da existência negra, cheios de cheiro, som e calor. São epistemologias que desafiam a abstração fria e universalizante do pensamento colonial.

Historicamente, muitas das chamadas “pesquisas-intervenção⁸” no Brasil, sobretudo no campo educacional, se voltaram para o controle e a normatização das práticas cotidianas, ditando o que os sujeitos (“objetos”) deveriam fazer, como ensinar, aprender, viver... Ainda que certas experiências tenham se apresentado como pesquisas participativas ou intervenções, muitas continuaram enraizadas em lógicas coloniais de produção do conhecimento, silenciando saberes outros e mantendo a epistemologia hegemônica entre os anos de 1980 e 2000. Nesse sentido, assumir a pesquisa como biointeração é também um gesto de ruptura com práticas epistemológicas que, sob o pretexto de colaborar, reproduziram formas de tutela e silenciamento. A partir dessa provocação, compreendo que, mais do que aplicar técnicas, buscamos escutar os territórios e seus modos próprios de ensinar, narrar e existir reconhecendo que todo processo de pesquisa é, antes de tudo, uma biointeração – Eu, outro, natureza e o Eu.

⁸ No que se refere à gênese da pesquisa-intervenção e à consolidação de sua abordagem singular no contexto brasileiro (Saidon; Kankahagi, 1987), é possível identificar o movimento institucionalista francês, emergente na década de 1960, bem como as experiências latino-americanas das décadas subsequentes, como contextos fundamentais nos quais essa perspectiva se afirma como uma prática de intervenção no real.

Ao considerar a perspectiva das culturas quilombolas e afropindorâmicas, Nêgo Bispo (2023) afirma que tais matrizes culturais não operam a partir de uma cisão entre o humano e o não-humano. A biointeração, nesse contexto, constitui-se como uma relação comunitária que se sustenta na horizontalidade dos vínculos entre os sujeitos. Essa compreensão nos conduz a uma questão fundamental para a reflexão metodológica na pesquisa: ao partir do pressuposto de que não há uma separação ontológica entre o pesquisador e os cotidianos nos quais se insere, não se trata de intervir ou interferir, mas de assumir uma postura ética e política de colaboração no sentido de “complexo relacional mais amplo que engloba os produtos da energia orgânica da terra” (Santos, 2019, p. 66) e os sujeitos. Trata-se de reconhecer a autoria entre pesquisador, pesquisado e natureza. Nesse sentido, o uso do termo “cosmológico” não se reduz a uma dimensão abstrata, mas remete a um complexo relacional que entrelaça saberes, seres e territórios.

As noções de biointeração e confluência se configuram como contrapontos epistemológicos ao ideário moderno de desenvolvimento e à retórica do progresso. Mais do que simples conceitos, elas operam como dispositivos de insurgência teórico-política que desestabilizam os fundamentos coloniais que sustentam a expansão sobre os modos de vida. Nesse sentido, denunciam os racismos epistêmicos encobertos pela promessa de avanço e revelam a necessidade de outros paradigmas de existência que sejam antirracistas e respeitem os vínculos e as cosmologias que emergem dos territórios vivos.

Para Nêgo Bispo(2023), a palavra é semente e os estudos dos/com os cotidianos nos ajudam a ver que essas sementes brotam no corpo das experiências ordinárias, nas falas do povo, nas narrativas de quem vive à margem do centro epistêmico. Falar é semear, escutar é acolher o tempo da germinação.

Entre essas palavras, **“confluenciar”** é, segundo Bispo, a que mais floresceu. Confluenciar não é fundir nem sintetizar: é pensar em relações. É produzir saberes em roda, em diálogo, sem hierarquizar. É uma prática que se inscreve nos cotidianos em que a escuta é mais importante do que a imposição,

onde os encontros produzem sentido sem apagamento. O cotidiano, nessa chave, não é repetição ou banalidade, mas campo fértil de invenções micropolíticas.

Ao destacar o confluenciar como fruto maduro de sua sementeira, Nêgo Bispo nos convida a deslocar o método como forma de captura e a adentrar o campo das confluências — um campo em que os saberes se misturam sem se anularem, onde o conhecimento é acontecimento e não doutrina. Diferentemente do método científico moderno, que tende a isolar o objeto de suas articulações históricas e de suas conexões ontológicas com o mundo, a confluência não opera por dissociação. Ao contrário, fundamenta-se na tessitura das relações que emergem entre território, cosmologias, natureza e histórias de vidas, reconhecendo os vínculos vivos que se estabelecem nesses encontros. Trata-se de um princípio que convoca o pesquisador a estar implicado com os movimentos que se desenrolam diante e para si, recusando a lógica extrativista da coleta de informações e abrindo espaço para que a confluência se constitua, de fato, como um encontro político e metodológico significativo.

Nesse horizonte, a confluência manifesta-se como uma dinâmica em constante movimento, marcada por inícios que não se fixam no ponto de partida, porém que emergem no entrelaçamento entre meios, começos e continuidades — entre vidas e histórias em fluxo. Como bem nos ensina Nêgo Bispo, esse movimento não se dá apenas porque o presente está impregnado de uma história anterior, mas porque o território, constantemente evocado em suas reflexões, é portador de uma processualidade viva. O território não é mero espaço físico, mas campo de existência e de memória, onde a vida se desenrola em tempo espiralar, e não em linearidades.

Começo, meio e Começo....

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (hooks, 2017, p. 273).

Refletir sobre o conceito de método para pesquisas radicalizadas implica reconhecer que ele não é universal, neutro ou exterior ao pesquisador. Ao contrário, é uma construção situada, afetada por contextos, relações e implicações. Pensar o método exige abandonar a visão instrumental para compreendê-lo como uma forma de estar no campo, de acompanhar processos e de se afetar pela experiência investigativa na prática da liberdade.

O pensamento científico moderno, positivista e eurocentrado retirou nossas vozes, nosso chão e nosso pertencimento imbricado no processo de investigar. Pertencer para escrever e escrever para não ninar a casa grande. É isso que fazemos nas pesquisas em que investigamos o pensamento afrodiaspórico, afrocentrado; nas pesquisas em torno do feminismo negro, das pesquisas quilombolas e tantas outras cosmopercepções que fogem do paradigma único.

A reflexão desse texto está enraizada na experiência vivida e nas práticas cotidianas como campos legítimos de produção de conhecimento, tal como propõem bell hooks e Nêgo Bispo. Ao invés de seguir uma linearidade científica tradicional, assumo um posicionamento ético e político que reconhece o cotidiano como território de saberes insurgentes e a pesquisa em educação situada, afetada e atravessada por histórias, memórias e resistências para os pesquisadores negros e negras.

Nesse gesto, a pesquisa se transforma em um processo de reexistência: de retorno às ancestralidades, de enraizamento nos cotidianos, de reconexão com os saberes de nossas comunidades. Como nos ensina bell hooks (2017), *pertencer* é mais do que estar é reivindicar um lugar e produzir uma cultura em torno dele. E, ao pesquisarmos por confluência, nos colocamos nesse fluxo vivo entre lembrança e invenção, entre história e sonho.

Pensando com Jurema Werneck (2010), e deixando que seu pensamento ecoe como guia, reconheço que “os nossos passos vêm de longe”. Essa afirmação, mais do que uma metáfora, é um chamado cotidiano para deslocarmos os marcos epistemológicos que sustentam as práticas de pesquisa

ainda centradas em paradigmas eurocêntrico. Trata-se de uma convocação a alargar as fronteiras do que entendemos por conhecimento e por método.

Se, por vezes, nos vemos condicionados a seguir os trilhos de um método dito “clássico” institucionalizado nas escolas do pensamento moderno e positivista, é preciso lembrar que outras formas de produzir e partilhar saberes sempre existiram. As visões de mundo afropindorâmicas, enraizadas em cosmo percepções plurais e ancestrais, sustentam modos de conhecer que não cabem nos moldes estreitos da ciência ocidental.

Ao fim desta reflexão, compreendo com Jurema Werneck que nossos passos e nossos saberes não apenas vêm de longe, mas são profundamente enraizados em práticas de oralidade, ancestralidade e corporeidade. Foram esses saberes, muitas vezes silenciados, que garantiram nossa permanência, nossa resistência e nossa capacidade de (re)existir.

Portanto, reconhecer e legitimar os conhecimentos afropindorâmicos como centrais nas pesquisas em educação e nas ciências humanas é o anúncio feito pela letra da música da Elza Soares :

Avisa na hora que tremer o chão
Amiga é agora,
Segura a minha mão

A minha jangada foi pro mar
Pra minha jogada arriscar
A minha jangada foi pro mar, pro mar
Pra minha jogada arriscar

Eu não vou sucumbir
Eu não vou sucumbir

É chegada a hora de abalar as fundações da ciência moderna e do pensamento positivista, desestabilizando seus alicerces hegemônicos para ocuparmos, com coragem e coletividade, o chão do método. É pela força das mãos dadas e da travessia conjunta que lançamos nossas jangadas ao mar do saber, movidos pela esperança de uma epistemologia liberta e insurgente.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *El peligro de una sola historia*. [s.l.: s.n., s/d]. Disponível em: http://www.ted.com/speakers/chimamanda_ngozi_adichie.html. Consultado em: 30 set. 2024.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda.; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *Pesquisas nos/dos/com os cotidianos das escolas – sobre redes de sabres*. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

ASANTE, K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. *Colonização, Quilombos: modos e significação*. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In: OLIVA, A. R. et al. (org.). *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 23-36.

BISPO, Antônio dos Santos. *A terra dá, a terra quer*. Imagens de Santídio Pereira. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antonio.; GOLDMAN, M. “Metafísica na Rede: debate – Cosmopolítica e Cosmofobia”. Brasília, 5 ago. 2020. 1 vídeo (1h53m30s). Webinar publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Metafísica da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo>. Consultado em: 10 jun. 2025.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; SGARBI, Paulo. *Estudos do cotidiano & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 7-17, jun. 2010.